



VOCABULÁRIO DA METRÓPOLE: COTIDIANO

Pilar Macarena Tejero Baeza

UNESA | pilar.baeza@professores.estacio.br

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa

UFRJ | eliana.barbosa@fau.ufrj.br

Resumo geral: Essa sessão propõe debater as palavras do cotidiano da metrópole no campo dos estudos urbanos e se apoia no livro do sociólogo francês Christian Topalov “L'aventure des mots de la ville” (2010). Busca ampliar esse léxico no caso brasileiro, voltando-se para palavras que de tão usadas habitualmente, já nem se pensa sobre elas, ou se pergunta que situações, espaços ou práticas. O objetivo é o de restituir os significados atribuídos no decurso do tempo às palavras utilizadas para falar de cidades e de metrópoles e, mais especificamente, de seus espaços construídos e de suas práticas, observando suas eventuais mudanças de sentidos históricos e sociais. Topalov mostra que a história das palavras das cidades, por serem às vezes multisseculares ou de apenas algumas décadas, são alteradas ou mantidas em seu uso em certas épocas, de acordo com os registros de arquivos textuais ou iconográficos e com as situações de enunciação (Topalov, 2014). Comenta que adotar uma terminologia do passado apresenta riscos e o vocabulário das fontes muitas vezes enganam o pesquisador porque as coisas mudam sem que as palavras as acompanhem ou, ao contrário, as palavras variam sem que as coisas defiram.

A permanência de palavras ou o apagamento do uso social dos termos, quando estudados na longa duração, mostram a historicidade não apenas das palavras, mas também do nosso quadro mental e contribuem para fazer ver o quanto visões epistêmicas, estigmas ou preconceitos se inscrevem em léxicos recortam o mundo social e mantém, com frequência, para o seu arcaísmo. Assim, o vocabulário dos documentos é nada mais do que um testemunho e estudar as maneiras de dizer é um verdadeiro instrumento de conhecimento. Estudar uma palavra significa desvendar épocas, desfazer operações que constituíram a criação de conceitos disciplinares. No caso do urbanismo é se interrogar como um “saber sem nome” (Magalhães, 2018) procura constituir-se como ciência.

Entre o emprego de uma palavra em uma época e a operação que se faz para forjar e manipular conceitos dentro de uma disciplina que procura constituir-se como ciência, existem relações e questões que não podem ser desprezadas. Lepetit aponta que não se pode propor um conceito sem fazer essas pesquisas de natureza historiográfica por assim dizer. Isto é,

sem integrar informações estudadas e definições que precederam antigas. Estudar o uso de uma palavra obriga a situar-se e compreendê-lo, sobretudo como objetos culturais. (LEPETIT, 1979, p. 246). Ele identificou, por exemplo, que ao estudar longos períodos manifestam-se tantas diferenças que até se pode dizer: “ah! isto não é!”. Mas consegue-se perceber uma inquietação sobre o corpus de definições.

Mas pode-se perguntar: será que as transformações dos significados correspondem a modificações do que chamamos de “a realidade”? Ou ao contrário, será que as transformações da realidade modificaram o significado?

Metodologicamente, nesta sessão livre, para alguns autores o exercício consistiu em escolher uma palavra para ser consultada em dicionários datados da primeira metade do século 18 até a primeira metade do século XX. Por outro lado, para outros esta proposta tornou-se uma referência para iniciar as investigações acerca dos significados atribuídos aos termos de modo mais livre. Contudo, o primeiro passo foi estar em um constante estado de atenção aos sentidos que a enunciação da palavra trazia ou traz para o primeiro plano, levando em consideração (1) Os atores e práticas: Quem fala; como fala; por que fala; e para quem fala? (2) Os tempos: Quando a palavra começa a circular? (3) Os lugares: Onde está situado o ator que enuncia a palavra?

Trazidas ao contemporâneo, as palavras do cotidiano da metrópole aqui exploradas foram: centro, quintal, chão, coreografia e festa. Iniciamos com a palavra centro, aqui descrita a partir da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa investiga a evolução do conceito de “centro” nas cidades, desde suas primeiras definições como símbolo de civilização e união política, até sua consolidação como termo urbanístico associado ao controle e organização da vida urbana. Quase como uma oposição não intencional, partindo da palavra centro, com seu significado implicitamente público, olhamos para a palavra quintal, que remete à intimidade. O quintal, presente nas cidades brasileiras desde o período colonial, desempenha papel essencial na organização urbana e reflete a integração entre ruralidade e urbanidade. Originalmente associado à produção agrícola e ao lazer, evoluiu ao longo dos séculos para incorporar usos diversos, incluindo cultivo, sociabilidade e despejo de dejetos, especialmente antes das reformas de saneamento. No século XX, manteve seu caráter híbrido como espaço que conecta práticas rurais e urbanas. Hoje, os quintais ampliam seu significado, sendo valorizados como lugares de memória, trocas culturais e transformações urbanas, narrando relações entre temporalidade, identidade e a história das cidades. Centro e quintal nos transportam para a palavra chão. A reflexão sobre o chão tem sido tema central na arquitetura e no urbanismo, explorando suas dimensões simbólicas, culturais e funcionais, destacando em seu significado a interação entre paisagem, natureza e cultura, os aspectos territoriais, verdes e mineralógicos. O chão urbano transcende sua materialidade, articulando tempos, valores e interações sociais. A partir dessa reflexão sobre chão e as interações sociais, apresentamos as palavras festa e coreografia. A festa, um fenômeno coletivo por definição, marcou ritualisticamente a transição entre sagrado e profano ao longo da evolução das

cidades brasileiras. A partir da reflexão ritualística da festa, voltamos para uma reflexão sobre o Rio de Janeiro, tendo no carnaval um elemento estruturador de territórios cariocas. A experiência coletiva do carnaval é marcada pela presença física dos corpos e pela interação entre arquitetura, multidão e espaço, configurando rituais de intensidades que tensionam o individual e o coletivo. Por fim, a última palavra reflete sobre as relações entre corpos, coletividades e cidades. Coreografia é entendida como a organização do espaço e do tempo entre pessoas, implicando uma ação política, enquanto coralidade abrange formas coletivas polifônicas e dissensuais. Essas noções ajudam a repensar as interações urbanas e as manifestações políticas como atos de ressignificação espacial e temporal.

CENTRO

Pilar Macarena Tejero Baeza

UNESA | pilar.baeza@professores.estacio.br

Esta reflexão busca visualizar as antigas definições sobre a vida nas cidades, especialmente, no conjunto social do Rio de Janeiro. O religioso teatino Raphael Bluteau descreveu, em 1712, o vocábulo “centro” para identificar que “quem habita no meio” do mundo é “o centro da terra,” mostrando o habitat de uma importante civilização. O pintor José Joaquim Freire na Viagem Filosófica (1783-1792) identificou o “centro” na praça de uma oca, lugar comum de todos os trabalhos cotidianos e, em 1813, o natural do Rio de Janeiro, Antônio de Moraes Silva, definiu o “centro”, como o coração da cidade.

Esta pesquisa visual busca indagar em documentos históricos - dicionários, relatórios e planos urbanísticos-, de arquivos públicos, como foi a mudança de significados e como foi a “aventura” da palavra nos diferentes tempos e culturas. Assim como também busca observar como o conhecimento se destrói e abandona os saberes adquiridos, banalizando e repetindo os discursos sem questionar os seus significados construídos.

Como se sabe, o termo “centro” foi capturado dos saberes técnicos e introduzido lentamente ao vocabulário urbanístico para falar da capital, utilizando, num primeiro momento, o sentido de reunião de forças sociais e “união política” para focalizar a administração num só ponto do território. A ideia foi aclamada pelas visões divergentes de governanças de José Hipólito da Costa, em 1813, José Clemente Pereira, em 1822, e pela Assembleia Constituinte, representada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823. Nessa instância, pelas dificuldades de governança, a ideia foi utilizada para deslocar e “edificar uma nova capital” no interior do Brasil, distribuindo assim, os poderes de forma equidistante das fronteiras e acessível para as diferentes províncias.

A noção dos “centros” foi construída em tempos de conflitos e de acordos de independências, ela adotaria força e energia com a alta sociabilização da palavra para ser instaurada como uma outra hierarquia. Posteriormente, a ideia de “centro” seria fixada no vocabulário urbanístico e se tornaria lentamente uma forma de organização de controle dos negócios e da vida urbana. Os administradores da Província, Joaquim Torres (1836), futuro Visconde de

Itaboraí, e o Diretor de Obras do Município Neutro, Henrique de Beaurepaire-Rohan (1843), dariam início a designação de “centros” para pequenos territórios consolidados e, com isto, o caminho à multiplicação de uma nova forma de governança caracterizada pela pequena escala e pela proximidade aos territórios.

QUINTAL

Gábe Maria Pires

UFBA | gabepires@gmail.com

O quintal está presente no espaço urbano brasileiro desde a formação das cidades coloniais, desempenhando funções cruciais para o funcionamento urbano. A presença desse elemento pode ser notada nos documentos oficiais que regulamentaram a fundação de cidades na primeira metade do século XVIII, orientando a reserva de espaço para os quintais junto às habitações (Silva, 2004).

Etimologicamente, o termo “quintal” deriva de “quinta”, que em Portugal, conforme definido pelo *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau (1720), referia-se a uma casa de campo, uma fazenda de lavoura ou, como acrescenta o *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes Silva (1789), terras para granjearia, associando o quintal à produção agrícola e às práticas ligadas à ruralidade. No Brasil, no entanto, o quintal não se restringe ao campo. Conforme apontado no *Vocabulario Portuguez e Latino*, o quintal é um “pedaço de chão” localizado “na Cidade” (Bluteau, 1720), ou seja, integrado aos processos de formação urbana.

Ao longo dos anos, prevalece a definição de “quintal” como um pedaço de terra cercado por muros, frequentemente plantado com árvores frutíferas e legumes (Bluteau, 1720; Moraes Silva, 1789; Vieira, 1874). Porém, o *Diccionario da Lingua Brasileira* de Silva Pinto (1832), amplia sua definição, introduzindo a ideia de espaço “para recreio”. Já o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* de Aulete (1881) menciona a possibilidade do cultivo de jardins nos quintais. O mesmo dicionário também expõe uma característica comum aos quintais antes das primeiras grandes ações de saneamento: o uso como locais de despejo de dejetos.

Adentrando o século XX, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1949) resgata a origem do termo ao defini-lo como uma “pequena quinta”, refletindo a articulação entre a experiência do campo e a vida na cidade. Os usos da palavra e as práticas a ela associadas nesse período indicam o quintal como um espaço híbrido, onde temporalidades e práticas rurais se integram ao cotidiano urbano. Assim, os quintais evocam a memória por meio de reminiscências presentes na vida na cidade.

Na atualidade, os significados atribuídos aos quintais se expandem, permitindo a construção de cartografias marcadas por trocas materiais e simbólicas. Eles servem como espaços de sociabilidade e transmissão de cultura. A palavra “quintal” forma imagens que capturam a experiência de sua presença, manutenção e permanência ao longo dos diferentes tempos e

processos urbanos. Esses espaços revelam-se, assim, objetos relevantes para a história, capazes de narrar as relações entre memória, temporalidade e transformação urbana.

CHÃO

Renata Neves

PROURB UFRJ | renata.neves@fau.ufrj.br

A discussão sobre o chão vem ocupando, direta ou indiretamente, o interesse de alguns arquitetos e urbanistas através do mundo. Em 1988 ela foi tema, junto com o uso da cor verde, da exposição *Denatured Visions: Landscape and Culture* no MoMA em Nova York e resultou em um denso catálogo que entendia plenamente que a maneira como se interage e se constrói o nosso meio ambiente físico está intimamente ligada à maneira segundo a qual nos construímos e nos concebemos, hegemonicamente, como culturas. Deu ainda sustentação às questões colocadas no livro e na exposição do historiador de arquitetura, Georges Teysot, organizada no Centre Canadien d'Architecture (CCA) - *The American Lawn: Surface of Everyday Life* (1998), com curadoria de um grupo de críticos, historiadores da arquitetura e urbanismo e arquitetos trabalhando em universidades norte-americanas dentre os quais Beatriz Colomina, Elizabeth Diller, Alessandra Ponte, Georges Teysot, Mark Wigley, Ricardo Scofidio, e Mark Wasuiuta. A mostra exibia como as gramíneas e a superfície verde podiam ser um símbolo doméstico, uma vitrine cívica, força econômica e um ícone nacional. Loteamentos suburbanos com suas áreas verdes, sedes corporativas e até a Casa Branca seriam todos iguais na medida em que se assentavam em pedaços meticulosamente inventados de natureza, que se abriam para o céu e para uma infinidade de usos e significados.

Desde aquela época, o termo em territórios norte-americanos provoca problemas teóricos para o estudo da relação com o chão, o verde e, sobretudo com a ideia de natureza, paisagem, com a arquitetura e o paisagismo em outras Américas.

No Brasil, a reflexão sobre o chão, o território ou ainda, sobre a superfície verde, mineralógica e por extensão sobre pedaços de natureza, vem tendo tratamentos pontuais, no que tange a arquitetura, o urbanismo, o paisagismo e até mesmo a dimensão simbólica e política. Essas relações que arquitetos, paisagistas e artistas estabelecem com o chão, o horizonte, o céu e portanto, com a natureza, instigou a historiadora das cidades, Margareth da Silva Pereira a se debruçar, desde os anos 1980, sobre aspectos do movimento moderno, e alguns desses significados relacionados à natureza, vistos na prática de Burle Marx, por exemplo, sobretudo na irregularidade das calçadas de pedra portuguesa – herdeira da dimensão crítica barroca – que impõe outra relação com o corpo de quem a pisa e tendo em vista uma crítica ao espaço plano. O chão da cidade coloca em perspectiva, tempos, sentidos e interações sociais distintas.

FESTA

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa

UFRJ | eliana.barbosa@fau.ufrj.br

Ao final do século XVIII, a palavra festa é definida como “ação ou função feita em honra, e obséquio religioso, ou urbano” no dicionário de Rafael Bluteau (1789, p.611), editado por Antonio Moraes no Brasil, conhecido pela primeira sistematização moderna do léxico da língua portuguesa. A festa desde então, é entendida como um fenômeno urbano por definição. Na análise sobre a evolução do espaço urbano das cidades brasileiras, Marx (2003) nos conta que seus espaços urbanos públicos evoluíram lentamente do sagrado ao profano durante seu processo de constituição e expansão. Nesse processo, o autor aponta, que a dimensão do uso ritual nos eventos se impunha de tempos em tempos sobre o espaço - tempo do cotidiano. Murilo Marx aponta um “esmaecer do mundo dominado pelo sagrado, pelo ritual, pela festa” (Idem, p.10). Refletindo sobre a contemporaneidade, esta é uma posição diametralmente oposta ao caso do Rio de Janeiro. Muitas áreas do município do Rio, que concentra a maior parte das agremiações carnavalescas na metrópole carioca, possui territórios que se estruturam a partir das dinâmicas ritualizadas do carnaval. Para além do foco nas temporalidades da festa em si, aponta-se aqui como o carnaval – a partir dos seus ritos e da sua lógica de produção - configura territorialidades carnavalescas, que possuem uma certa urbanidade específica, que existe pulverizada pela metrópole. O carnaval produzido pelas agremiações carnavalescas cariocas é considerado um dos mais tradicionais do país e atualmente responsável pelo maior percentual de arrecadação de ISS relacionado ao turismo no município (Rio de Janeiro, 2023). Para além de sua importância econômica no momento da festa, a produção do carnaval mobiliza territórios diversos na metrópole ao longo de todo o ano, durante os períodos de planejamento e de preparação dos desfiles, o que movimenta um importante setor econômico – e muitas vezes precarizado – da região. O trabalho denominado Carnaval Ritual, de Maurício Castro (2021) apresenta uma importante reflexão sobre a ritualidade do carnaval, uma reflexão construída a partir da observação dos corpos ocupando o espaço no momento do desfile e o aspecto da multidão como algo que tensiona a individualidade e o coletivo na sociabilidade da festa. Sobre a noção de multidão, enquanto categoria analítica, Gumbrecht (2021) trabalha “rituais de intensidades, onde a arquitetura e a presença física dos corpos são fundamentais para a experiência coletiva”. Nesses rituais de intensidades da festa, a arquitetura e a presença física dos corpos são fundamentais para a experiência coletiva.

COREOGRAFIA

Vitor Cunha

PROURB UFRJ | vitorcunhabraz@gmail.com

Esse trabalho elege a palavra coreografia, termo que pertence ao campo das artes da cena, para pensar as relações entre coralidade, corpos, coletividades e cidade. A palavra coreografia — ao relacionar nela mesma corpo, espaço, movimento e temporalidade — e coralidade —

ao evocar a figura política do coro — se apresentam como termos que, ainda que não façam diretamente parte do vocabulário da metrópole, ajudariam os próprios arquitetos e urbanistas a não esquecer os diferentes regimes de interação de corpos (Pereira, 2021) que conformam as cidades.

A coreógrafa belga Anna Teresa de Keersmaecker (2020) define coreografia como o ato de escrever o espaço entre as pessoas. Partindo do significado do prefixo choreia e da significação política do coro na tragédia grega, que trazia para a cena a voz do povo na pólis, Keersmaecker diz que a coreografia nos traz a questão de como organizar a multidão, ou seja, como organizar o tempo e o espaço que existem entre um grupo de pessoas, o que para ela, implica uma ação política latente.

Enquanto o coro, em sua forma originária, era constituído por integrantes não individualizados, cujo conjunto almejava a homogeneidade e o uníssono, a coralidade pode ser entendida como a qualidade presente em obras onde figuram formas de coletividade não monolíticas, mas amórficas, instáveis, polifônicas, e até mesmo dissensuais e dissonantes, onde há a partilha de um comum — ideológico, identitário, contingencial, etc.

Sussekind (2022) cita experiências corais como os slams, escolas de samba, blocos carnavalescos, torcidas de futebol como exemplos de coralidades urbanas. Judith Butler (2018 [2015]) não recorre ao uso da palavra coralidade ao escrever sobre corpos em aliança que se fazem visíveis e audíveis no espaço público como ação política. No entanto, é possível reconhecer, assim como o faz Sussekind (2022), a coralidade como uma das características que constituem as manifestações políticas de massa na cidade.

Na cidade, onde muitas vezes não é mais possível o aparecimento do coro formado por uma coletividade que fala e se move em uníssono ou, como diria Mégevand (2013 [2005]), ali onde o coro não está, vemos o seu fantasma. Nesses movimentos coletivos de caráter político, sustentados pela forma construída da cidade, a coralidade se apresenta como a fantasia de um coro possível — polifônico e dissensual — que instaura uma nova temporalidade quando provoca um tempo em suspensão, e um outro espaço, quando reivindica para si a arquitetura em sua materialidade, significado, função e estatuto.

BIBLIOGRAFIA

AULETE, Francisco Julio Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. Lisboa, 1ª ed., 1881.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. **Relatório apresentado à Ilma. Câmara municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1843.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1720.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 [2015].

CASTRO, M. C. B. D.; VERGARA, C. **Carnaval-ritual**: Carlos Vergara e Cacique de Ramos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

COSTA, Hipólito José da. Planos de colonização e de catequese e dificuldades do Rio como Capital. In: **Correio Braziliense**. Londres: W. Lewis, Paternoster, n. 058, março de 1813.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Torcidas**: o estádio como ritual de intensidades. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HOWARD, William Adams; STUART, Wrede; KENNETH, Frampton (ed.). **Denatured Visions**: Landscape and Culture in the Twentieth Century. Nova York: MoMA, 1991.

KEERSMAEKER, Anne Teresa. **Anne Teresa De Keersmaeker's opening speech for EDN. What's Next in the Dance Ecosystem**. [S. l.: s. n.], 2020, 1 vídeo. (13min). Publicado pelo canal Rosas VZW. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=INHxrkpdWwA](https://www.youtube.com/watch?v=INHxrkpdWwA)>

MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 2003.

MÉGEVAND, Martin. Coralidade. In: **Revista Urdimento**, N°20. Santa Catarina: UDESC, set. 2013 [2005].

PEREIRA, José Clemente. Presidente do Senado da Câmara. In: BRASIL. **Termo de Vereação do Dia 9 de Janeiro de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

PEREIRA, Margareth da Silva. Corpos escritos - paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca. **Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro: v.7. no7. p.98-113, 2000.

RIO DE JANEIRO (Província). **Fala com que o presidente da província de Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres**. Nictheroy: Typ. Amaral & Irmão, 1836.

RIO DE JANEIRO. **Carnaval de Dados** [Relatório Técnico]. Rio de Janeiro: Fundação João Goulart; Secretaria de Municipal de Planejamento, 2023.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU. **Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Volume 2: L-Z, Lisboa, 1789.

SILVA, Antônio de Moraes; MORENO, Augusto; JÚNIOR, Cardoso; MACHADO, José Pedro. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10ª ed., Vol. IX, Lisboa, 1949.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. **O Patriarca da Independência**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 (1823), p. 118-121.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Dicionario da lingua brasileira**. Ouro Preto, 1832.

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

SUSSEKIND, Flora. **Coros, contrários, massa**. Rio de Janeiro: Cepe Editora, 2022.

TEYSSOT, Georges. **The American lawn**. New York: Princeton Architectural Press, 1999..

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; COUDROY DE LILLE, Laurent; RIVIERE D'ARC, Hélène (Org.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

VIEIRA, Frei Domingos. **Grande dicionario Portuguez ou Thesouro da lingua Portugueza**. Porto, 1ª ed., 1874.